



DEFICIÊNCIA, AUTISMO E REPRESENTATIVIDADE NO ENSINO SUPERIOR. RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PRIMEIRO AUTISTA TUTOR NO PROGRAMA DE APOIO À INCLUSÃO QUALIFICADA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

UGO RIBEIRO COMPAROTTO¹; SUSANE BARRETO ANADON²

¹ Universidade Federal de Pelotas – ugocomp@gmail.com

² Universidade Federal de Pelotas – nai.ufpel.pedagogico@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Sou bolsista no “Programa de apoio à inclusão qualificada de acadêmicos e acadêmicas com deficiência, com transtorno do espectro do autismo e com altas habilidades ou superdotação no ensino superior”, coordenado pelo Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI). A característica que me diferencia dos meus pares tutores é: sou o primeiro e, até o presente momento, único autista que compõe o quadro de tutores do NAI.

O ensino superior no país é um caminho árduo, visto que, a evasão dos discentes permanece com números elevados¹, mesmo com a implementação de políticas de permanência que foram aprimorando-se nas últimas décadas². Mesmo para alunos sem nenhuma deficiência ou autismo¹, o percurso acadêmico é exaustivo, alarmantes dados sobre depressão entre os alunos de ensino superior³ trazem um prognóstico desanimador. No ano de 2008 foi criado dentro da UFPel o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI). O NAI atua em diversas frentes, sendo norteado pelo Plano de Acessibilidade e Inclusão⁴. No ano de 2014 foi criado o Programa de apoio à inclusão qualificada e que nesse resumo irei referir como “Programa de tutorias”. Desde então, o NAI coordena a atuação de discentes que atuam como parceiros nos estudos.

Minha história com a acessibilidade e inclusão vai além das paredes da universidade, pois também venho atuando no movimento social, principalmente pelo tratamento ético de jovens e adultos autistas. Entretanto, no NAI, minha atuação como tutor foi algo totalmente novo. Tenho muito a agradecer à coordenação do programa por me selecionar dentre tantos candidatos e entender a importância da representatividade dentro dos projetos que envolvem pessoas com alguma deficiência ou autismo. O projeto vem contribuindo fortemente para a minha formação como ser humano, estudante e autista. Passei a me compreender melhor como um ser neurodiverso e essa compreensão só foi possível graças a interação com os colegas em que fui companheiro de estudos. Acredito que estou abrindo um caminho muito importante e os outros estudantes que virão depois de mim saberão o tamanho da responsabilidade que é representar uma categoria de estudantes marginalizados por tanto tempo no ensino superior.

2. METODOLOGIA

O programa é organizado em duas grandes frentes: encontros semanais entre os tutores e os estudantes e as reuniões de acompanhamento e formação,



organizadas pela coordenação do programa, com grupos pré-definidos de tutores. Durante os encontros tutor-aluno, inúmeros tópicos podem ser abordados. A tutoria difere em vários aspectos da monitoria, pois, a atuação dos tutores vai além da revisão do conteúdo passado pelo professor. Nossa atuação é uma parceira de estudos, auxiliando nossos colegas a navegarem pelo mar do conhecimento. Quem aprende e cria a sua própria história acadêmica é o aluno, nós tutores atuamos como facilitadores de inclusão e acessibilidade, para que os alunos deficientes e autistas estejam em pé de igualdade com os outros estudantes.

Nos primeiros encontros com o estudante, priorizo conhecer o colega, os motivos de escolher esse curso, os conteúdos que sente mais facilidade, as maiores dificuldades, dialogamos também sobre a informática e os sistemas da universidade (cobalto e e-aula). Considero interessante fazer uma revisão da metodologia utilizada nas disciplinas e uma leitura do plano de ensino. Datas de trabalhos e avaliações são anotadas, para que possamos montar juntos o calendário de atividades e o cronograma de encontros. O conteúdo de cada encontro pode sofrer alteração ao longo do semestre e personalizar a tutoria sempre foi encarado como uma certeza; cada estudante apresenta um contexto universitário diferente que precisa ser levado em consideração pelo parceiro de estudos. Em alguns casos específicos foi necessária a intervenção da Coordenação, por exemplo nos casos de atrasos e faltas constantes. Intervenções da Coordenação do programa na reação tutor-estudante são a exceção. Os encontros, em sua maioria, acontecem com regularidade e responsabilidade por parte dos alunos. A tutoria ocorre duas vezes por semana (com cada aluno) e pode ter a duração de até duas horas.

Para VEIGA SIMÃO, citando BORONAT, CASTAÑO e RUIZ (2007), a tutoria se divide em várias dimensões: legal ou administrativa, docente ou curricular, acadêmica ou formativa, tutorial personalizada, prática, a distância (própria de ensino remoto), tutoria como atenção à diversidade e a dimensão de tutoria entre pares (peer tutoring). Com exceção da tutoria legal, o tutor-bolsista da UFPel atua em mais de uma dimensão ao mesmo tempo em cada aluno. Na dimensão curricular, é função do tutor NAI acompanhar e prestar auxílios referentes ao conteúdo programático. A partir de 2020, com o surgimento da nova pandemia de coronavírus e o fechamento das instituições, as tutorias passaram a ser realizadas à distância, o que se tornou um novo desafio a ser analisado, debatido e superado. Minha atuação como tutor iniciou-se nesse período, com todos os encontros desde então acontecendo remotamente. A partir desse novo quadro, passamos a ampliar a discussão sobre o tema ensino a distância nas formações regulares realizadas pela Coordenação do programa. Com atenção à diversidade, nós tutores somos orientados e passamos por formações periódicas, com o intuito de acolher alunos com diferentes problemáticas e características. A dimensão da tutoria entre pares é utilizada muito em universidades estrangeiras (VEIGA SIMÃO et al., 2008), no nosso programa de tutorias essa é talvez a dimensão mais explorada, pois todos os tutores são estudantes de graduação.

Na minha atuação como parceiro de estudos, priorizo uma relação horizontal com o estudante, afinal de contas, somos pares do mesmo sistema de ensino. Em muitos casos, colegas de mesmo curso ou de áreas complementares do conhecimento e isso acaba facilitando a minha atuação e a relação com os docentes.

Meu contato com os professores de cada disciplina e a coordenação dos cursos é pleno, pois todo semestre encaminho um e-mail me apresentando como

tutor. Encaminho esse email também para os colegiados e coordenação dos cursos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Todos os alunos acompanhados obtiveram melhor desempenho nas notas de provas e avaliações, nos trabalhos e até na média final, além disso, os alunos passaram a participar mais das aulas. A relação aluno-professor é uma relação marcada pela formalidade, podendo ser um fator limitante do diálogo. Entretanto, pude perceber que, a partir do incentivo durante os encontros, muitos alunos sentiam-se confiantes para enfrentar a burocracia universitária. Entrar em contato com seus professores, quando necessário, foi tornando-se algo usual e que no final do semestre a maioria dos alunos já não precisavam mais do meu incentivo para tal conexão.

A experiência de participar do programa foi a mais enriquecedora que vivi na universidade, pude obter uma grande satisfação pessoal em contribuir com a regularidade dos estudos de outros colegas. Durante o meu período de atuação como tutor, foram inúmeros momentos de conquistas com meus colegas: a cada nota acima da média, a cada trabalho com elogios do professor, a cada conquista, independente do tamanho, eu percebia que estava no caminho certo e que nosso trabalho estava dando resultados palpáveis. Criei vínculos e fiz amigos que vão além dos encontros semanais. O ponto que mais considero significativo e transformador, analisando o todo, é: a conexão aluno-aluno, conectar-se a outro ser humano de forma profunda e significativa.

Para manter a horizontalidade da relação tutor-aluno, sempre informo que sou autista. A tutoria acadêmica mediada por pares é uma política de acessibilidade eficaz (VEIGA SIMÃO et al, 2008), entretanto, o “par” nem sempre é deficiente ou autista. Atualmente, movimentos sociais e pesquisadores ligados aos “Estudos da Deficiência” vem mostrando a importância da representatividade (ORTEGA, 2009). Segundo Ortega, representados pelo lema: “Nada sobre nós, sem nós”, pesquisadores deficientes e autistas alertam sobre a necessidade da diversidade de ideias nos programas públicos de acessibilidade e inclusão, que muitas vezes, são coordenados e executados somente por não-deficientes e neurotípicos, enquanto os autistas e deficientes são o grupo alvo desses programas. Atualmente o programa conta somente com não-deficientes e neurotípicos no quadro de tutores, comigo sendo a única exceção. Acredito que a universidade e o NAI tem a plena capacidade de planejar políticas que aumentem a inclusão de tutores deficientes e autistas. Soluções possíveis são os planos de formação de tutores deficientes e autistas, mas para que isso aconteça é preciso um estímulo consistente e institucionalizado. Por exemplo, no modelo de gestão do Sistema Único de Saúde, há o mecanismo de Controle Social⁷, onde o usuário tem voz ativa dentro do sistema. O aluno que é acompanhado hoje, poderá, no futuro, acompanhar outro colega, mas para que isso aconteça a UFPel precisa intensificar sua política de estímulo à representatividade.

Nos encontros semanais não discutimos somente o conteúdo das disciplinas, muito pelo contrário, diversos tópicos relacionados a vida acadêmica são discutidos, até conversas mais leves e trocas experiências passadas. No meu caso, a experiência de vida no autismo e dos estudantes já ocorreram trocas sobre: paralisia cerebral, cegueira, deficiência física e etc. Esse compartilhamento de vivências só aconteceu porque autistas e deficientes compartilham de histórias



de vida com semelhanças. Quando eu me apresento como autista, os alunos se sentem mais abertos a me conhecer e assim consigo uma conexão muito mais efetiva como parceiro de estudos.

4. CONCLUSÕES

Acredito que o programa veio para ficar, apesar das falhas apontadas. Não é perfeito e precisa de inúmeras mudanças no que tange a representatividade. No geral, o Programa de Tutorias presta um serviço essencial para a comunidade universitária, e vai muito além da acessibilidade e inclusão de alunos deficientes e autistas. Tenho muito orgulho de fazer parte do programa e venho cultivando uma admiração muito grande pela coordenação e por todos os servidores que dividiram um pouco do seu conhecimento durante as inúmeras formações.

Dentro das universidades públicas federais, referente a representatividade de deficientes e autistas, ainda temos um longo caminho a percorrer.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo da Educação Superior**, 2019. Brasília: MEC, 2020. Acesso em: 29 jul. 2021
2. MACIEL, Carina Elisabeth; LIMA, Elizeth Gonzaga dos Santos; GIMENEZ, Felipe Vieira. Políticas e permanência para estudantes na educação superior. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação** - Periódico científico editado pela ANPAE, [S.I.], v. 32, n. 3, p. 759 - 781, dez. 2016. ISSN 2447-4193. Disponível em: <<https://www.seer.ufrgs.br/rbpaed/article/view/68574>>. Acesso em: 28 jul 2021. doi:<https://doi.org/10.21573/vol32n32016.68574>.
3. ALMEIDA, JSP. **A saúde mental global, a depressão, a ansiedade e os comportamentos de risco nos estudantes do ensino superior: estudo de prevalência e correlação**. 2014. Dissertação de Doutorado - Curso de pós-graduação em Saúde Mental, Universidade Nova Lisboa.
4. UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. **Plano Institucional de Acessibilidade e Inclusão, 2016 - 2020**. Pelotas: Gabinete do Reitor, 2015. Acesso em: 29 jul. 2021.
5. VEIGA SIMÃO, Ana M., FLORES, Maria A., FERNANDES, Sandra; FIGUEIRA, Célia. **Tutoria no ensino superior. Concepções e práticas**. Sísifo. Revista de Ciências da Educação, Lisboa, n. 7, p. 75-88, 2008. Disponível em: . Acesso em: 27 jul. 2021.
6. ORTEGA, Francisco. Deficiência, autismo e neurodiversidade. **Ciênc. saúde coletiva** [Internet]. p.67-77, fev. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-812320090000100012&lng=en Acesso em: 25 jul. 2021.
7. OLIVEIRA, A. M. C. et al. **Controle social no SUS: discurso, ação e reação**. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 18, n. 8, p.2329-2338, 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232013000800017&script=sci_abstract&tlang=pt. Acesso em: 27 jul. 2021.